



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional

Sub-eixo: Trabalho profissional

PROJETO DEMOCRÁTICO E POPULAR, TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL: UM DEBATE A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA ASSISTENTES SOCIAIS SUPERVISORES(AS) DE CAMPO

RENATA DE OLIVEIRA CARDOSO¹

LETÍCIA BARROS PALMA ROSA²

ANA LUISA BARBOSA VARELLA³

Resumo:

Esse artigo apresenta uma síntese de debates realizados no curso de extensão *Formação continuada para assistentes sociais supervisoras/es de campo*, do curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense – *campus* Rio das Ostras – que abordaram conjuntura, precarização e condições do trabalho na contemporaneidade, considerando seus impactos para o Serviço Social e o estágio supervisionado.

Palavras-chave: Projeto democrático, trabalho, serviço social

Abstract:

This article presents a synthesis of the debates held in the first unit of the extension course Continuing education for field supervisor social workers, promoted by the social work course of the Fluminense Federal University – Rio das Ostras campus – which dealt with the

¹ Universidade Federal Fluminense

² Universidade Federal Fluminense

³ Não Há

conjuncture, precariousness and working conditions in contemporaneity, considering its impacts on Social Work and the supervised internship.

Key words: Democratic project, work, social work

INTRODUÇÃO

O curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, *campus* Rio das Ostras, vem construindo em sua história recente a tradição de oferecer iniciativas de formação continuada para assistentes sociais do município e região. Desde o ano de 2016⁴ atualizações foram ofertadas em diferentes formatos, abarcando um público que compõe a categoria profissional comprometido com seu constante aperfeiçoamento.

Tais iniciativas de formação continuada se dão através de projetos de extensão, ora compreendidos como espaços de fortalecimento de vínculos entre a universidade e a sociedade, que permitem tanto a realização da função social universitária quanto a aproximação com a categoria profissional, no território.

Além disso, a atualização é um compromisso ético profissional que consta, inclusive, no Código de Ética do/a Assistente Social (Lei 8662/93), o que reitera a importância de iniciativas extensionais que difundem conhecimento, proporcionam diálogo com a comunidade local e fortalecem o trabalho e a formação profissional.

Na edição de 2023, o curso *Formação continuada para assistentes sociais supervisoras/es de campo* teve seu início em junho e se encerrou em dezembro do mesmo ano. Durante esse período foram realizadas quatro aulas presenciais, uma atividade remota e um encontro de encerramento, sendo o conjunto dessas atividades dividido em duas unidades teóricas.

A primeira unidade costurou as expectativas e os desafios para o Serviço Social frente à retomada do projeto democrático popular, com a discussões acerca do direito e da precarização das condições do trabalho na contemporaneidade, com objetivo de identificar limites e possibilidades à prática profissional. Ainda dentro deste módulo, realizou-se um encontro com

⁴ Registro do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Serviço Social da UFF de Rio das Ostras – Rio das Ostras, identificam duas experiências anteriores, realizadas nos anos 2006 e 2008.

vistas à síntese pedagógica de conteúdo e esta será apresentada neste artigo, com objetivo de registrar o debate, dado o seu significado, a sua importância e atualidade.

No que concerne à segunda unidade do curso, o conteúdo trabalhado abordou os desafios do pós-pandemia para as políticas sociais setoriais de saúde de assistência, que hoje acolhem a maior parte dos(as) assistentes sociais do território.

Ainda na perspectiva de socialização de conhecimentos e trocas entre pares, a atividade de encerramento do curso, ocorrida em dezembro de 2023, proporcionou um espaço para que as(os) participantes pudessem compartilhar sínteses do trabalho profissional e/ou resultados de pesquisas técnicas e acadêmicas.

Assim, sob essa mesma perspectiva de socialização de conhecimentos e experiências, ao longo desse artigo convidamos o(a) leitor(a) a acompanhar conosco uma síntese do conteúdo discutido na primeira unidade do curso *Formação continuada para assistentes sociais supervisoras/es de campo no ano de 2023*, para que se sintam envolvidos(as) pela temática e motivados(as) com as problematizações concernentes ao trabalho profissional na atualidade.

EXPECTATIVAS E DESAFIOS PARA O SERVIÇO SOCIAL FRENTE À RETOMADA DO PROJETO DEMOCRÁTICO POPULAR

Para este escrito, a estratégia democrática e popular foi considerada a partir da teoria social crítica que a conecta com processos de produção de consciência da classe trabalhadora e como resultado de um ciclo histórico. A compreendemos enquanto um programa histórico e socialmente referenciado que propõe a resolução (parcial) de problemas cotidianos e imediatos da classe trabalhadora, sem romper com a economia capitalista.

No Brasil recente, o ciclo do Partido dos Trabalhadores (PT) inaugurou uma estratégia democrática e popular que se inicia durante o processo de reabertura política, através de ações que reivindicavam a restauração da democracia; a ampliação dos direitos sociais e a participação política, a partir da organização dos movimentos sociais e da ocupação dos espaços do Estado.

Para os intelectuais do PT, as bases teóricas para esta estratégia podem ser apreendidas em Florestan Fernandes, no seu ensaio sociológico “A Revolução Burguesa no Brasil” (1976). Tal estudo oferece a compreensão de que o desenvolvimento do capitalismo nacional possui um caráter modernizador conservador, restrito à superação jurídico-política do estatuto colonial e, por

isso, as tarefas contra o atraso nacional deveriam ser feitas através de programas de reformas que colidam com o interesse das classes dominantes.

Sem debater as polêmicas que envolvem os limites da interpretação petista em relação ao pensamento do sociólogo, ressaltamos que o programa aplicado pelo PT entre os anos de 2003 e 2016, quando esteve à frente do governo federal, no campo de disputa política, tentou ser um espaço de convergência de interesses e acordos tácitos entre as classes sociais.

À luz da economia política crítica, tal programa se concretizou através do modelo de desenvolvimento econômico baseado no aquecimento do mercado interno, estruturado por meio do aumento investimento público; ampliação do emprego; valorização do salário mínimo; ampliação do crédito e políticas sociais de transferência de renda (CARDOSO, 2021). Essas iniciativas significaram uma tentativa de organizar o orçamento público de maneira tal que os mais pobres pudessem ter acesso a bens de consumo e serviços diversos, a incluir as políticas sociais.

Apesar do impacto nas mazelas da extrema pobreza do país – que se traduziu em mudanças reais de vida cotidiana de milhões de mulheres e homens – o referido modelo carregou consigo linhas de continuidade com o desenvolvimento neoliberal da década de 1990, que ilustram limites, problemas e contradições dos caminhos de ressignificação do desenvolvimento econômico trilhados pelos governos federais do Partido dos Trabalhadores.

O viés financeirizado e monetarizado das políticas sociais no país, a exemplo dos programas da Assistência Social, como o Programa Bolsa Família (PBF) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) compõe o quadro de continuidade da valorização da plataforma do capital financeiro e da estrutura de concentração de renda e riqueza na formação social brasileira. Assim, não é difícil concluir o quanto o modelo econômico conduzido durante os governos federais petistas manteve inalterado o padrão capitalista e de concentração de riquezas entre os mais ricos e alterou muito pouco a concentração de renda.

Por tratar-se de uma proposta inserida no bojo do projeto democrático e popular conseguiu promover relativa distribuição de renda, mas não a redistribuiu, ou seja, não completou o giro necessário para transformar, estruturalmente, os patamares de desigualdades socioeconômicas, quando, por exemplo, abdicou de realizar uma reforma tributária progressiva e de enfrentar, diretamente, os mecanismos do capital financeiro de apropriação de fundo público via sistema de endividamento público.

Assim, de maneira contraditória, a distribuição de renda sem redistribuição de riqueza expressou a inclusão limitada, precarizada, insuficiente e contraditória dos mais pobres no orçamento nacional.

Apesar dessas características, o fim do mencionado ciclo de desenvolvimento econômico nacional, articulado ao contexto global de crise estrutural do capitalismo, evidenciou uma disputa no campo do fundo público que resultou no *impeachment* de Dilma Roussef e no encerramento da aplicação da estratégia democrática e popular, orquestrado por um golpe jurídico, parlamentar e midiático no ano de 2016.

Desde então observamos no Brasil o crescimento exponencial de forças conservadoras desveladas através da implementação do (ultra)neoliberalismo, aqui entendido como a política que realizou retrocessos no campo político, econômico e social, com vistas exclusivas à expansão do capital. No campo do trabalho a consequência da sua realização foi a expropriação dos direitos e o acirramento da superexploração da força de trabalho. No campo das políticas sociais, observamos a sua conversão em espaços de valorização dos capitais uma vez que o papel do Estado ficou cada vez mais restrito à manutenção das condições mínimas de reposição física da classe trabalhadora, via programas assistenciais de transferência de renda paternalistas e focalizados.

Esse contexto muda com as eleições de 2022 e a vitória de Luis Inácio Lula da Silva (PT), pintando no horizonte a retomada da expansão democrática e popular da ampliação das políticas sociais – objeto de trabalho profissional do Serviço Social. Coloca-se, então, na contemporaneidade, novas perspectivas e desafios aos assistentes sociais, ancorados na expectativa de crescimento econômico nacional e fim do paternalismo e do clientelismo que, infelizmente, deram corpo e forma aos direitos sociais no Brasil.

DIREITO, PRECARIZAÇÃO E CONDIÇÕES DO TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE: IMPACTOS PARA O SERVIÇO SOCIAL

As alterações que ocorrem na sociedade – seja nos campos político, econômico, social ou cultural – afetam diretamente as diversas profissões, assim como as mesmas também deixam suas marcas pela forma como incidem na realidade social (NETTO, 1996). Logo, pode-se afirmar que as configurações políticas e suas consequências econômicas irão impactar as(os) assistentes sociais de diferentes formas, dentre as quais destacamos, em um contexto de acirramento das



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

expressões da questão social na contemporaneidade: a precarização do trabalho e a precarização das políticas públicas. Ambas as formas irão incidir sobre os processos de trabalho e a formação profissional.

As políticas públicas são os espaços nos quais majoritariamente as(os) assistentes sociais se inserem enquanto profissionais assalariadas(os) e tais políticas expressam contradições em sua própria essência e conformação. Embora estejamos vivenciando um cenário político mais favorável do que aquele experienciado no período do governo anterior, sabe-se que as tramas políticas, econômicas e sociais são complexas e, por mais que estejamos tratando de uma perspectiva de governo democrática, ainda nos encontramos submetidos aos ditames do capitalismo e das leis que regem esse sistema. Assim, enquanto profissionais que, por meio das políticas, trabalham na luta pela garantia de direitos, é mister reconhecer que o próprio direito é uma “instituição” capitalista.

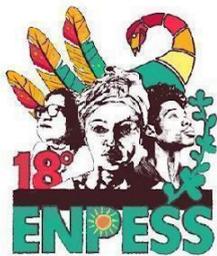
Do mesmo modo, quando realizamos o debate sobre trabalho (não apenas sobre trabalho de assistentes sociais, mas da classe trabalhadora como um todo – o que inclui essa categoria), explicita-se a sua precarização e torna-se relevante compreender onde se ancoram os direitos trabalhistas.

Assim, considerou-se pertinente abordar, ainda que brevemente, a leitura que se faz sobre o direito considerando a perspectiva marxista. Pachukanis (1989), jurista que aborda a teoria geral do direito a partir do método de Marx, evidencia as contradições que fundam o direito. Defende que o direito é uma “forma jurídica” intrínseca e imprescindível para a realização do capitalismo.

(...) as categorias jurídicas se assentam, pois, na defesa da liberdade formal e jurídica com a centralidade do sujeito de direito, a fim de defender interesses particulares de cada sujeito, e não uma defesa coletiva que se estenda a todos enquanto sociedade. (...) Portanto, o direito – assim como o Estado – constitui-se com o intuito de organizar as relações econômicas, gerir conflitos e defender os interesses de desenvolvimento do capital. O Estado sustenta essa relação, pois possui o poder de regulamentar e modificar os conteúdos jurídicos (monopólio legítimo do poder e legislação). (ROSA, 2019, p. 84)

Logo, o direito e, conseqüentemente, as relações trabalhistas nele sustentadas, não estão ancorados estritamente em um espectro de defesa da classe trabalhadora, mas permeados pelas contradições inerentes ao sistema capitalista.

Assim como o direito, o direito do trabalho também se desenvolve no seio do capitalismo a fim de regulamentar as relações e diminuir distorções intrínsecas à venda da força de trabalho. No entanto, apesar de possibilitar conquistas, é revestido por uma ideologia e não proporciona igualdade real entre os dois pólos que medeia. Se o direito do trabalho passou por diversas



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

etapas de desenvolvimento, desde manifestações incipientes até sua consolidação (DELGADO, 2010), vivencia-se hoje um período de crise, em que o aprofundamento de políticas neoliberais colabora para o surgimento de novas formas de gestão e relações de trabalho. Intensifica-se a desregulamentação do trabalho, a informalidade, a precarização e a flexibilização, e os desafios de enfrentamento por parte dos trabalhadores se complexificam cada vez mais.

Podemos afirmar que a precarização incide até mesmo sobre a formação profissional – considerando a experiência do estágio supervisionado, em que estudantes estão inseridas(os) nos campos e acompanhando e sofrendo os impactos junto aos profissionais.

As novas requisições e tecnologias convivem com profissionais trabalhando sob frágeis vínculos de trabalho, submetidos ao pluriemprego, sobrecarga de trabalho, equipamento com falta de infraestrutura (insumos básicos, salas adequadas que garantam sigilo) prejudicando trabalhadores e usuários.

A precarização do trabalho se soma ao sucateamento das políticas sociais – campo de maior inserção profissionais de assistentes sociais – que desde a década de 1990 vem sendo impactadas pelo ideário neoliberal que se espalha, apesar de alguns períodos e governos em que são realizados investimentos em determinados setores, a exemplo do ciclo petista na gestão federal nos anos de 2003 a 2016.

Hoje, considerando a interrupção abrupta do projeto democrático e popular com o Golpe de 2016, experimentamos a realização da política (ultra)neoliberal, um novo regime fiscal de austeridade fiscal e desmonte de direitos e políticas sociais, a exemplo da Ementa Constitucional 103/2019, que realizou a nova contrarreforma da previdência que

(...) ampliou o tempo mínimo de contribuição para 40 anos, para receber o benefício correspondente ao valor integral dos salários dos trabalhadores ativos; aumentou a idade mínima para aposentadoria para 62 anos (mulheres) e 65 anos (homens) e elevou o tempo de contribuição para 15 e 20 anos, respectivamente; aumentou a idade e tempo de contribuição para a aposentadoria dos professores (25 anos de contribuição e 57 anos de idade, se mulher e 60 anos de idade, se homem) e reduziu o valor das pensões. (CASSIM, 2022, pg. 26)

Processos como esse revelam os desafios colocados ao Serviço Social, posto que a devastação dos direitos sociais e trabalhistas, não devem ser entendidos enquanto ações contingenciais, pois se relacionam com o padrão de reprodução atual do capitalismo. A necessidade de valorização do capital frente à crise estrutural exige o aumento da superexploração da força de trabalho e a captura dos meios de vida em capital e estrutura as questões atuais relacionadas às expropriações e às políticas sociais.

O DEBATE NO CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA E SUA SÍNTESE PEDAGÓGICA

As ações no campo dos direitos sociais e do Serviço Social comportam um conjunto de iniciativas que, para serem delineadas, exigem a identificação prévia da metodologia para a sua abordagem. Os tipos de abordagens são determinados pelo objetivo das diferentes ações e, nesta, ora apresentada, realizou-se um curso de formação continuada para assistentes sociais supervisoras(es) de campo, com objetivo de contribuir com a análise crítica da dinâmica social e fomentar ações criativas no campo da prática profissional do(a) assistente social supervisor(a) de campo de estágio.

Por entender que a relação entre teoria e prática estão intimamente articuladas, a extensão realizada, em termos de metodologia, assumiu a preocupação com a formação continuada de assistentes sociais. A partir de aulas expositivas e dialogadas, procuramos oferecer às(aos) participantes estratégias para pensar a conjuntura sociopolítica contemporânea (da história sendo feita nos dias que correm) – tendo em vista, inclusive, que o escamotear da história, a naturalização das relações sociais e o presentismo são tendências que levam, em última instância, ao conformismo ou à negação dos problemas.

Assim, a partir do estímulo ao debate e a troca de saberes e experiências, construiu-se um espaço para revisão de literatura, pesquisa de dados e análises empíricas de problemas cotidianos relacionados à prática profissional e à conjuntura atual. Para tanto, utilizamos referenciais bibliográficos primários e secundários, vídeos, rodas de conversas, etc., com objetivo de interligar, a partir da articulação entre teoria e prática, os processos mais amplos das diversas experiências profissionais presentes dentre os participantes e os dilemas colocados às(aos) assistentes sociais supervisores de campo de estágio.

Na síntese que foi feita ao final da primeira unidade do curso, as(os) assistentes sociais explicitam que, mesmo nos governos democrático-populares, governos esses que aumentaram os postos de trabalho do Serviço Social por meio da ampliação de políticas sociais, as condições de trabalho não foram as ideais, pois identificaram que o sucateamento dessas políticas compõe um projeto de desmonte, relacionado ao modo de produção e reprodução social.

Ainda se tratando dos governos petistas e a relação com a formação profissional, identificou-se que o ingresso no ensino superior também foi incentivado, tanto com a interiorização das universidades públicas, através do ReUni, quanto com bolsas nas instituições de ensino

privadas, por meio do ProUni. No entanto, essas políticas de ingresso vieram acompanhadas de ações insuficientes à permanência dos(as) estudantes a manutenção na graduação e consequentemente no estágio.

Ademais, no segundo mandato de Dilma Rousseff, o projeto democrático e popular progressista entrou em crise, resultando no Golpe de 2016 que gerou o avanço da extrema direita no Brasil – iniciado no governo de Michel Temer e intensificado no governo de Jair Bolsonaro que, inclusive, tentou lançar projetos que tinham como objetivo a privatização das universidades públicas.

Com a pandemia de Covid-19 e a utilização da tecnologia como mediação para acesso a algumas políticas sociais, teve-se a falsa impressão de ampliação de direitos, principalmente com relação à transferência de renda. No entanto, o relato de profissionais que trabalham na “ponta”, na execução dessas políticas, demonstra que, na realidade, a dependência de determinados sistemas dificulta o acesso aos direitos, principalmente para idosos e famílias pobres que não possuem aparelhos eletrônicos e internet.

Devido a todo esse cenário de instabilidade política e desmonte das políticas sociais, ressaltou-se certa insegurança dos profissionais com relação a recepção de estagiárias(os), diante da precarização e do sucateamento dos serviços. Porém, houve o reconhecimento de que o estágio é um momento crucial para a formação e que a supervisão de campo também é uma atribuição profissional das(os) assistentes sociais. Ainda que as condições não sejam as ideais, esta é a realidade que as(os) estudantes vão encontrar quando formadas(os) e tiverem que se inserir no mercado de trabalho.

Além disso, as(os) profissionais identificaram a necessidade de criar espaços de resistência para que possam lutar por condições dignas de trabalho e contra o sucateamento das políticas, a despeito da retomada de um suposto projeto democrático e popular, pois só assim terão condições de atender as demandas da população usuária com qualidade e continuidade no atendimento, pautadas na consolidação da cidadania para além do imediatismo que atravessa a prática profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como parte dos estudos desenvolvidos durante o processo de organização e realização do curso de extensão, nos debruçamos sobre diversas análises e autores que se dedicam a



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

apreender os processos que compõem a realidade, considerando seus aspectos históricos, econômicos, sociais e culturais. De leituras sobre a conjuntura até o trabalho profissional – passando pelo debate do direito e da precarização –, buscou-se o aprofundamento teórico com o objetivo de subsidiar o trabalho profissional. Além disso, por meio de discussões profícuas, fomentou-se a apreensão dos elementos advindos da prática e do cotidiano profissional que propiciaram novas sínteses e análises críticas, n'um movimento dialético, onde teoria e prática se retroalimentam.

Assim, o curso de extensão *Formação continuada para assistentes sociais supervisoras/es de campo* cumpriu o objetivo de fazer uma interlocução entre a Universidade e os profissionais de Serviço Social da região, conformando-se como um espaço privilegiado para discutir questões recorrentes nos espaços sócio-ocupacionais. Tais questões, levantadas ao longo dos encontros, relacionaram-se especialmente à precarização das políticas sociais e, conseqüentemente, dos equipamentos e vínculos empregatícios dos(as) profissionais que oferecem vagas de estágio para estudantes de Serviço Social do curso de Serviço Social da UFF de Rio das Ostras.

Por isso, este artigo reafirma nossa interpretação sobre a importância de ações extensionistas que contribuem para uma aproximação da academia com o cotidiano profissional.

Naquilo que diz respeito à centralidade do estágio, no bojo da ação se reitera o reconhecimento do estágio como momento privilegiado de interlocução com o trabalho profissional e a realidade social, reforçando ainda a relevância da inserção de supervisoras(es) de estágio em espaços de troca como esse, já que, para além do caráter de formação continuada, eles enriquecem o vínculo das(os) profissionais com a Universidade e da academia com a sociedade.

No nosso entendimento, o papel social da Universidade se materializa na produção e disseminação de conhecimento, em diálogo com demandas sociais, dentre elas a de atualização profissional, especialmente porque as respostas às demandas por atualização profissional não se encerram naqueles que participam do curso. Elas se reverberam em seus atendimentos; na construção e execução das políticas públicas; e nos usuários que acessam as mesmas.

Assim, ressaltamos a necessidade de criar espaços de atualização profissional para além da participação de cursos de capacitação. É necessária a construção de vínculos com profissionais da rede por meio de assessoria, contribuição com planejamento de políticas sociais, participação em espaços deliberativos como conselhos municipais e outras atividades que favoreçam a interlocução entre universidade, com o trabalho profissional e a realidade social.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Por fim, destacamos que, infelizmente, os limites deste artigo não nos permitem tratar de todo conteúdo do curso de atualização – extremamente denso e complexo – bem como não é possível registrar todos os materiais didáticos utilizados (livros, artigos, vídeos, charges, entrevistas, dentre outros). Entretanto, a síntese pedagógica apresentada nos permite enunciar a potência da ação extensionista como uma provocação às novas iniciativas e ao aprofundamento das discussões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. **Código de Ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 9. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2011
- CARDOSO, R. No olho do furacão: as políticas Sociais nos governos petistas (de 2003 a 2016). Campinas: Saberes e Práticas, 2016
- CASSIM, M. P. S. Dependência e ultraneoliberalismo: as políticas sociais no Brasil pós-golpe de 2016. **Temporalis**, Brasília (DF), ano22, n. 43, p. 17-33, jan./jun. 2022.
- DELGADO, M. G. **Curso de Direito do Trabalho**. 9ª Ed. São Paulo: LTR, 2010.
- MARQUES, M. G. **Em busca da revolução brasileira: Uma análise crítica da estratégia democrático-popular**. Curitiba: Editora Prisma, 2015.
- NETTO, J. P. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva do Serviço Social no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 50, 1996.
- NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE) Curso de Serviço Social, UFF/Rio das Ostras. **Trabalho, questão social e serviço social: elementos para o debate sobre a creditação curricular da extensão no curso de Serviço Social da UFF de Rio das Ostras**. MIMÉO. 2022.
- PACHUKANIS, E. **A teoria geral do direito e o marxismo**. Rio de Janeiro, Renovar, 1989.
- ROSA, L. B. P. **Amo mesmo tudo isso?** Ideologia e a luta por direitos dos trabalhadores das redes de *fast food*. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social, Programa de Pós Graduação em Serviço Social, 2019.
- SOUZA, V. N et all. **A “estratégia democrática e popular” e um inventário da esquerda revolucionária**. Disponível em: <https://niepmarx.com.br/index.php/MM/article/view/67>. Acesso em: 14/09/2023



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social